

A RELAÇÃO ENTRE OS PODERES CENTRAL E LOCAL NO IMPÉRIO: GOIÁS NA PERSPECTIVA DA INTEGRAÇÃO

Patrícia Emanuele NASCIMENTO*

RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar a discussão travada entre poder local e central no Império, de modo a perceber como ambos os poderes se articulam na formação e manutenção da Nação, e, partindo desse ponto de vista, desmistificar o projeto fundacional que associa a Nação ao Centro, obliterando a importância da Região nesse processo. Dentro do pressuposto da participação da Região no Império é que apresentamos nossas considerações acerca de Goiás na perspectiva da Integração.

Introdução

A análise da formação da espacialidade política de Goiás, no século XIX, e da elite política que aqui se constitui não deve ser considerada como algo que importa exclusivamente à historiografia regional, pois a transcende. Em sentido mais amplo, tal análise deve ser tida como peça importante na confecção do caleidoscópio, em que as regiões que constituem a Nação também possam retratá-la.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora de Didática e Prática de Ensino/Estágio na Unidade Universitária Cora Coralina – UEG, e professora de Antropologia na Faculdade ALFA.

A região influenciou significativamente na política imperial. O governo imperial, cujas decisões partiam do centro viabilizador do projeto fundacional, só foi possível devido ao apoio conseguido junto às elites locais por via dos compromissos. A crítica dedicada por nós ao projeto como possibilidade única de vislumbrar a Nação é centralmente a de que este, ao minimizar a importância da região, não oferece margem para a análise da estrutura política do império nas bases do diálogo entre poder central e poder local que constituem a dinâmica da administração imperial.

José Murilo Carvalho (1997) observa que grande parte dos “trabalhos dedicados aos ‘estudos’ de poder local e suas relações com o Estado Nacional no Brasil” apresentam problemas na utilização de conceitos básicos como mandonismo, coronelismo, clintelismo, patrimonialismo e feudalismo. Constata-se um debate antigo na historiografia nacional em que os autores ao pensarem a história política brasileira assumem posturas polarizadas. Quando o pêndulo está presente apenas na região tem-se as teses feudalistas e seus expoentes como Nestor Duarte, Oliveira Vianna, Queiroz. Teses que postulavam a independência do senhorio rural em relação ao Estado. Quando aquele aparece, ao contrário das teses feudalistas, assente no centro, vê o Estado como Todo poderoso obliterando a região, como exemplo apresenta-se o trabalho de Raimundo Faoro (1958).

De acordo com Carvalho (1996), o trabalho que melhor consegue perceber a dinâmica existente entre os poderes central e local e que se aproxima de Victor Nunes Leal (1948), na visualização dessa relação, é o apresentado por Fernando Uricoechea (1978). Este autor supera o pêndulo acima mencionado à medida em que se aproxima da idéia de compromisso. O Estado português e, posteriormente, o brasileiro sustentaram sua administração pela recorrência ao poder privado, ao serviço litúrgico. Nestes termos é que o autor pensa o Estado patrimonial, o compromisso assume a forma de barganha.

A análise de Uricoechea encontra a perspectiva de Carvalho que vê o Estado pela sua incapacidade de chegar à periferia, instado na condição de manter compromissos com os poderes locais. “Na ausência de suficiente capacidade controladora própria, os governos recorriam ao serviço gratuito de indivíduos ou grupos, em geral proprietários rurais, em troca da confirmação ou concessão de privilégios”. (Carvalho, 1996 p. 142). A Guarda Nacional é um exemplo de instituição patrimonial que promovera ligação entre governo e proprietários rurais. Esta instituição correspondia aos interesses de “ordem” do governo e, em contrapartida, fora poderoso instrumento de controle dos chefes locais sobre a população. A Guarda fora primordial para a manutenção da ordem local.

A cooptação política dos chefes locais deixa claro o peso do regionalismo no governo imperial, posto que o governo não era possível sem a colaboração dos chefes locais e que a ordem no interior não poderia ser conseguida ausentando-se desta colaboração. Isso oferece-nos a medida da capacidade de controle do governo central no âmbito do local.

Vista a importância da região na estrutura política do Império, faz-se necessário verificar sua atuação na história política brasileira.

Para Leal o período colonial assistiu a uma “autonomia *extralegal*” (sic) dos chefes locais os quais mantinham o controle sobre as câmaras municipais.

Coroa sancionava usurpações, praticadas através das Câmaras pelos onipotentes senhores rurais. Legalizava-se, assim, uma situação concreta, subversiva do direito legislado, mas em plena correspondência com a ordem econômica e social estabelecida nestas longínquas paragens. Seria difícil conter estas manifestações do poder privado em uma estrutura cuja a unidade fundamental- que imprimia seu selo no conjunto das demais instituições- era o extenso domínio rural (Prado Júnior, 1957 *apud*, Leal, p.84)

Caio Prado Júnior (1957) vê nas Câmaras Municipais da Colônia, o protagonista da administração geral ainda que se constituíam como órgãos locais, não havia, pois, uma nítida separação entre governo geral e local.

Alguns autores identificam o século XVIII como momento em que a Coroa procura enfraquecer o poder local, cujas medidas nesse sentido reforçam-se no século XIX. Leal, ao trabalhar com a legislação do império, fará o encaminhamento da análise nas seguintes prerrogativas: o Império concentra em si uma tendência centralizadora e isso pode ser apanhado pelo estudo da legislação do período, contudo, admite que entre a legislação e a prática política há guardadas determinadas distâncias. Isso aproxima-o da perspectiva de Uricoechea com relação aos compromissos já mencionados por nós.

Caso a análise do Estado Imperial acerca das disposições que o poder central – lembrando que o referencial que o coloca para a posição de centro é o projeto fundacional – mantém com o poder local seja concentrada na legislação e nas medidas centralizadoras, o que aparecerá como produto da mesma é a ênfase no Projeto e não o diálogo que se instala a partir destas relações que é o que, a nosso ver, constitui em suas articulações e tensões o conteúdo da Nação.

A extrapolação da legislação e das medidas — é claro sem descartá-las — possibilita-nos enxergar uma outra situação política para o período tratado, uma outra situação que prevê uma “esfera de atribuições, que resultava muito menos da lei do que da vida”. Para sinalizar essa questão, basta mencionar que medidas como as nomeações em substituição a cargos eletivos como forma de controle das elites locais, por exemplo, não implicaram a tibieza do poder local, contudo, refletia o compromisso com este último. Expôs Carvalho (1996) que “... Não é de surpreender que a nomeação do governo caísse no mesmo tipo de gente que era eleita para juiz de paz, de quem os novos funcionários herdaram as principais atribuições”. As funções criadas em 184,1 interpretadas pelos liberais como

esmagamento do poder local de delegados, delegados substitutos, subdelegados e subdelegados substitutos de polícia exerceram suas funções à luz do patrimonialismo. Os presidentes de Províncias – criados para atender aos propósitos de controle sobre o poder local – permitiram que o poder central fosse consolidado “através de um sistema de concentração do poder provincial”. A criação do presidente de Província não representou um controle efetivo em nível local, posto que, obstáculos como as distâncias, por exemplo, faziam com que entre a nomeação deste e o empossamento do cargo levassem meses, isso possibilitava a inalteração do quadro de domínio local pelas famílias tradicionais, oligárquicas da região, ora, o vice-presidente acabava — em virtude da demora do presidente assumindo seu posto — por vezes controlando a cena política por mais tempo que o próprio presidente. Através do vice-presidente as lideranças locais continuavam a tecer a política, visto seus elementos serem recrutados das famílias tradicionais da região. A presença do Presidente indicado pelos ministérios — figura alienígena à realidade política local — também não significou profundas alterações no quadro político que o acomodara. Isso devido às alianças que os representantes das elites políticas locais estabeleciam com o recém chegado presidente. De tais aliancismos dependia a predominância de um grupo (s) político (s) em relação a outros acirrando as rivalidades interelites locais.

Indicamos a participabilidade do regional na conjuntura política do Império. Todavia, a participação não se deu de forma homogênea devido a hierarquização inter-provincial. “A desigualdade das Províncias em termos populacionais e de riqueza levava ao maior favorecimento de umas em relações as outras” (Carvalho, 1996, p.119). A origem provincial dos ministros já indicava tal desnível entre as Provinciais. Se pensarmos que o chamado “político nacional” de Carvalho era aquele que necessariamente atingisse o ministério, o que integrava-o ao clube fechado da elite política dirigente responsável pela montagem do Estado e, portanto, arquiteta da nação, e, se concluirmos, como nos indicam os

números levantados por Carvalho, os quais apontavam que “mais ou menos 80% dos ministros em todo o período provinham de seis províncias entre as 19 que existiam”, estaremos diante de um fato: o desequilíbrio favorável às grandes Províncias.

Mediante o fato da heterogeneidade na participação política da vida nacional por parte das Províncias, como fica a Província de Goiás nesse contexto? Antes de mais nada é preciso destacar que participar da “vida política” e participar do projeto de Nação é, portanto, integrar o centro das decisões, logo é estar incorporado ao perfil de elite política responsável pela “construção da ordem”, nos dizeres de Carvalho.

No intuito de compreender a elite política imperial no Brasil do século XIX, utilizamos os estudos de Pang(1979) e Carvalho(1981), procuramos localizar a elite política goiana dentro do quadro que Pang apresenta a fim de caracterizar a elite política nacional, segundo o critério dos níveis de circulação, em que destacamos a figura de André Augusto de Pádua Fleury como representante goiano no estágio mais elevado de circulação geográfica e, acrescenta Carvalho, também por cargos, a saber o da circulação nacional. Entretanto, faz-se necessária uma melhor e mais ampla reflexão acerca da elite política goiana que nos ajude a definir o seu perfil.

Expõe Pang que a elite política nacional é recrutada da elite social composta pelos grupos vinculados à economia de exportação, de forma que nos indagamos sobre o recrutamento da elite local em Goiás, e mais, queremos saber quem é essa elite.

Ao voltarmos para alguns autores da historiografia goiana que comentam sobre a elite em Goiás do século XIX, as informações dispostas são de uma elite basicamente agrária, produto da decadência da mineração e, que portanto, ligada a novas atividades como a agricultura e a pecuária que adquiriu o caráter de uma elite de proprietários de terras.

Com a paulatina substituição das atividades mineradoras pela pecuária extensiva e pela agricultura praticada em latifúndios, evoluiu para o predomínio de famílias que ‘no transcorrer do século XIX, assumiram as lideranças regionais formando verdadeiros clãs político- econômicos, dentro da relativa riqueza goiana para os padrões locais’. Destarte, à associação pelo o acesso à educação , dentro de **clãs familiares**(sic), os quais evoluíram para oligarquias (Costa, 1977, p.148.)

Consideramos que a gênese da elite política do século XIX está na mudança de foco da atividade econômica, ou seja, a ênfase na atividade agropecuária. Esse tipo de economia irá favorecer “uma elite de foros aristocráticos — porque possuidoras de terras — cujos segmentos se revezavam no poder em lutas de cunho pessoal, mas de pouco ou nenhum conteúdo ideológico” (Idem, p.148).

A elite social de onde é recrutada a elite política em Goiás, no século XIX, é, pois a dos proprietários de terras. As lutas de cunho pessoal demonstram o interesse para tomar parte na chefia do poder local frente aos interstícios que o controle imperial deixava. É nesse sentido que o “pouco conteúdo ideológico” das elites dominantes fica expresso quando tratarmos de sua participação no processo de independência.

Nas Províncias ligadas à economia de exportação havia uma maior concentração na elite social de profissionais liberais, do alto clero e oficiais militares. Em Goiás, em que o acesso de sua elite à educação superior nunca atingiu durante o Império números expressivos teve na composição da mesma elementos do clero e os de carreira militar. A partir, principalmente, da segunda metade do século XIX, aparecem na fisionomia da elite política goiana os profissionais liberais. Contudo, estão, na maioria, ligados à propriedade da terra, compondo as oligarquias locais.

Em províncias como a de Goiás, cujo acesso à educação superior não era a mesma das províncias mais ricas e populosas, os títulos nobiliárquicos, as comendas e patentes constituíam um objeto de *status* e de adesão à elite imperial, bem como servia como uma

espécie de premiação do Governo Imperial pelas demonstrações de lealdade das elites locais “lealdade à monarquia era assegurada pela generosa distribuição de títulos nobiliárquicos, comendas e patentes”. (Vianna, *apud* Pang; p.125.)

O Sentido da Integração em Goiás

Pensar os projetos de integração em Goiás no período do Império nos remete a duas questões: o que leva as elites políticas a buscarem a integração e qual o propósito dos projetos pelas mesmas desenvolvidos? Procuremos refletir sobre essas questões à luz de um dado: o sentimento de isolamento da Província de Goiás em relação ao Centro. Primeiramente há que se deixar claro que os projetos visam à integração econômica, de modo que o elemento com o qual iniciamos a nossa reflexão se refere à crise da mineração em Goiás, para tanto, o texto de Sandes (2001) nos ajuda numa aproximação com as questões acima levantadas.

Ao trabalhar a formação de Goiás como região, Sandes (*idem*) expõe que a descoberta do ouro insere Goiás numa nova perspectiva, a de “uma nova região colonial”, vê-se, então, que a mineração estabelece para Goiás o nexa colonial, nesse sentido constitui fator de integração. Seguindo este ponto de vista, a crise da mineração representou a ruptura do nexa colonial, da conexão com o Centro. Goiás precisa restabelecer tal conexão no Império, sob um novo signo, agora o elemento proclamado diz respeito à natureza como potencial a ser explorado — a representação valorativa do sertão.

Não é nossa intenção nesse trabalho reconhecer o aspecto empírico da crise ou se ela existiu somente no olhar do viajante, do cronista impregnados pelos princípios de civilização européia que não lhes permitia enxergar o *modus vivendi* próprio do sertão, mas conhecer como a crise produz na elite política goiana uma sensação de isolamento que irá requerer estratégias de inserção, de modo que a própria crise

passa a figurar como substrato para a construção de discursos que visam à integração econômica de Goiás ao centro de maneira que “a crise formula uma discursividade específica distanciando-se de uma questão empírica”. Nessa perspectiva, Sandes (2001) aponta para a constituição de um imaginário que tem na “imagem da ruína” — vistas as descrições pelos cronistas de “estradas abandonadas, cidades em ruínas, pontes destruídas, receitas em queda” — o referencial que alimenta o “desejo de inserção na esfera da economia”

A compreensão da crise, a nosso ver, exige um olhar atento à constituição da narrativa histórica, descortinando estratégias discursivas e simbólicas, que sugerem a elaboração de projetos de integração da região ao projeto do Império(Sandes, 2001, p.21)

As estratégias discursivas tanto a da decadência quanto a da exageração conclamam a ação integrada do Estado. As elites políticas goianas demonstram, por meio dos seus discursos de integração que o desenvolvimento material da Província depende do chamado “braço forte do Estado”. Daí o discurso da decadência sugerir a memória do fausto passado e o discurso da exageração propor a idéia da “região que potencialmente tudo podia”, precisando apenas ser explorada em suas potencialidades, que ali fosse dado novo vigor impulsionado pela ação do Estado. No imaginário das elites era como se estas vivessem num tempo indeterminado cujas referências são a memória de um passado glorioso e a perspectiva de um porvir que reencontre a velha ponta que constitui na integração econômica para recuperar a perspectiva da prosperidade material numa Província onde “nada se carece fora dela” necessitando apenas ser potencializada pelo Estado.

Aliás o discurso de exageração, tão comum aos cronistas do século XIX, definia uma estratégia de inclusão do chamado sertão ao poderoso braço do Estado. Incluir, integrar, exagerar foram

estratégias políticas presentes em Goiás em boa parte do século XIX e XX. Em meados do século XIX, Couto Magalhães sonhava com a navegação entre os rios Araguaia e Tocantins. A estratégia da inclusão transformava a paisagem-natureza em elemento inexorável de um destino manifesto, potência que se transfiguraria em ato, como obra do Estado (Idem, p.22.).

Os discursos procuram chamar a atenção dos Estado para os recursos do sertão, para a natureza exuberante como potencial de desenvolvimento material da província, tendo por finalidade diluir a idéia de sertão como “reserva de valor para o futuro”. Os relatórios de presidência de Província, ao apontarem para o discurso da centralidade, citam a questão de como pode uma Província tão central não merecer maior atenção por parte do governo imperial.

Goyaz, Snrs. dotado providamente pela Natureza, tem em seo seio todos os elementos de grandeza. As suas faculdades não tem sido desenvolvidas; porisso o seo estado de decadencia he conhecido”. (Falla, que ao Concelho Geral desta Provincia dirigio em sua installação o Illust. e Exm. Sr. Marechal de Campo Miguel Lino de Moraes, Prezidente da Provincia)¹

Um aspecto que não pode ser desconsiderado, quando tratamos dos projetos de integração para Goiás, é o fato de que este integra a especialidade do sertão que exige um tipo de relação com o Estado imperial que procure apresentar como importante o aproveitamento dos recursos e riquezas do interior do Brasil. É necessário um discurso de valorização das paisagens centrais, visto que a Nação brasileira se auto-representa dentro do paradigma europeu, de forma que, ao imaginar-se dentro dos padrões de civilização européia, a Nação brasileira estranha o sertão. Este último dentro da “geografia valorativa

¹ Arquivo Histórico Estadual, Seção de periódicos, matutina Meiapontense, nº31 , 001/ 131.

do mapa nacional” estaria identificado como “Brasil a ser”. A auto-representação da Nação nos moldes europeus tem a ver com o que Sandes (2001) coloca sobre a impregnação “das categorias classificadoras e ordenadoras advindas dos gesto de conquista”. Que teriam produzido um determinado tipo de identidade para os países colonizados. Vidal quando aborda a “geografia valorativa” para o Brasil destaca o binômio litoral que enuncia o “espaço-território” que pertence “plenamente ao espaço-nação”, ao contrário do sertão que dentro dessa valorização dos espaços aparece como o incógnito, “em sua incompleta condição de parte do ideal nacional”. O sertão é visto, nesse sentido, como espaço vazio, identificando-o à idéia de barbárie, *habitat* de aborígenes selvagens, lugar do nada. Portanto, as elites políticas que se inserem nessa espacialidade precisam produzir discursos que apresentem a potencialidade do sertão.

O que as elites procuram é a aproximação com o Centro, o melhoramento material da Província pressupõe o encurtamento das distâncias. Desse modo, o sertão aparece como espaço que deve ser incorporado pelo Estado.

Somos por considerar que as estratégias discursivas no propósito de viabilizar os projetos de integração conclamam “o braço forte do Estado” na medida em que as elites políticas goianas assumem como postura ideológica a “crença de que Goiás se reergueria aos cuidados “d’El Rei Nosso Senhor”, cabe ao “Rei resolver todos os problemas sejam eles grandes e graves, sejam miúdos e simples” (Omegna, 1971,p.113). O soerguimento econômico de Goiás significava para as elites a retomada do progresso. Um progresso que no imaginário das elites teria sido estancado pela crise da mineração. Logo, o que se percebe é que essas elites vêem o desenvolvimento econômico da região como obra a ser empreendida pelo Estado. O discurso da decadência expressa bem essa assertiva, já que nele as elites admitem uma impotência frente ao abatimento econômico de uma região que pede os socorros do Estado que deve revestir-se do papel de alavancador dos projetos para a melhoria material da Província. Os incentivos deveriam partir do Estado.

O discurso da exageração parece completar o da decadência. Se este último chama o “braço forte do Estado”, o primeiro procura justificar que ação do governo central no sentido de desenvolver Goiás vale a pena. Isso porque justifica o investimento na Província, a partir da ênfase no seu potencial natural, na riqueza de seus recursos, daí uma colocação do gênero “falta quase tudo para dar algum vigor ao comércio da comarca de Goiás; mas os elementos existem na província; nada se carece fora dela; nada é impossível,...”. De maneira que percebemos que “A elite goiana, através de uma política regional, construiu a integração e a articulação entre a Nação e a região goiana, como uma forma de buscar o desenvolvimento e o progresso...”. (Pereira, 1995, p.69).

ABSTRACT

NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. The relationship between the central powers and place in the empire: Goiás in the perspective of the integration. *temporis[ação]*, Goiás, v.1, nº 8, Jan/Dez 2005.

The intention of this rehearsal is in presenting the discussion joined among being able to central and place in the empire, in way to notice as both powers was articulated in the formation and maintenance of the nation and leaving of this point of view the foundation project that associates the nation to the center turning off the importance of the area in that process while it is placed from way to take the part for the whole. Inside of the presupposition of the participation of the area of the empire it is that make our considerations on Goiás in the perspective of the integration.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. São Paulo, 2º ed rev, ed. Pioneira 1976. (Biblioteca Pioneira de C.S)

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial*. Brasília. Ed. UNB, 1981. (Coleção temas brasileiros; vol.4)

_____, *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão Conceitual*. In: Dados, volume.40, nº2º, Rio de Janeiro, 1997.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e coronel*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

_____, *O desenvolvimento das comunidades urbanas em Goiás*. In RIHGG, Goiânia, n.º 6, ano 5, 1977.

CURADO, Ewerton Fleury. "In Memoriam". 1965.

DUARTE NESTOR. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

FAORO, Raymundo, *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1976.

FLEURY, Sebastião Curado. *Memórias Históricas*. Goiânia: s/e, 1989.

GODOY, Claro Augusto. *Fragments do Passado*. Goiânia: Gráfica O Popular, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. S/1 Difusão Européia do Livro, 1972. V.2 (História Geral da Civilização Brasileira).

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1976.

MATTOS, Ilmar Rokloff de. *O tempo Saquarema: Formação do estado imperial*, São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.

MELO, Augusta Faro Fleury de. *Um Goiano no 2º Império*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº16, agosto/ dezembro.2001.

OMEGNA, Nelson. *A Cidade Colonial*. Brasília: Ebrasa, 1971.

PANG, Eul Soo. *Os Mandarins do Brasil Imperial*. In: RIHGG, Goiânia, n.º 8, ano 7, 1979.

PEREIRA, Eliane M.C.M. *A Construção de Nação e Região em Goiás 1830-1945*. Ciências Humanas em Revista, 6(2): 65:77, jul./dez.1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

SANDES, Noé Freire. Memória, nação e região: A Identidade em Questão. In CHAUL, Nars e RIBEIRO, Paulo R.(org.) *Goiás, Identidade, Paisagem e Tradição*. (Org.), Goiânia: Editora da UCG, 2001.

_____. *A Formação Regional: Goiás em Perspectiva*. (Inédito - texto não publicado).

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Difel, 1978.

VIDAL e SOUZA, Candice. *A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.